

Uma década perdida na educação do estado

NÍVIA CARVALHO

Uma década perdida para a educação. O financiamento do ensino fundamental entre 1980 e 1989 reprovou os governadores Chagas Freitas, Leonel Brizola e Moreira Franco. A nota baixa foi dada pelo professor de matemática da rede municipal Jailson Alves dos Santos, autor da tese de mestrado aprovada no final do mês passado no Instituto de Estudos Avançados em Educação, da Fundação Getúlio Vargas. Figura fácil da propaganda política dos candidatos, a educação mostrou que é uma disciplina difícil para os eleitos.

Considerada prioridade em todos os discursos das campanhas eleitorais, a educação consumiu, em média, 18,4% do total dos recursos do estado durante toda a década. A relação entre os gastos realizados no ensino fundamental (de 1ª à 8ª séries) e a despesa total da função educação e cultura, segundo Jailson, mostra como cada governador fez seu dever de casa: Chagas começou a década investindo 9,5% dos recursos no ensino fundamental; Brizola, para deslanchar o projeto ambicioso de construir 500 Cieps, subiu os investimentos para 67,3%; enquanto Moreira Franco termina a década desfinando minguaos 0,05% dos recursos para o ensino fundamental.

Com base na prestação de contas do primeiro Governo Brizola, Jailson afirma, na tese, que o objetivo básico do Programa Espe-

cial de Educação foi o de construir prédios, o que consumiu 32,25% do custo total do Programa. A dotação orçamentária para os Cieps abocanhou 87% dos gastos com o ensino fundamental, até então desenvolvido pela rede tradicional. Com poucos ou muitos recursos, acrescenta Jailson, o estado acabou por se desobrigar do financiamento do ensino fundamental e deixou a rede tradicional deteriorada.

Com a má aplicação ou a falta de verbas, as mazelas da rede sobram. Inclusive para a década de 90. Há um ano na secretaria estadual de Educação, Noel de Carvalho, é o segundo a ocupar o cargo no Governo Brizola. Festejando o prêmio que o Rio ganhou do MEC pelos investimentos feitos em Educação — computados os gastos com os Cieps — Noel, que não é professor, admite que prefere ficar calado quando a discussão é pedagógica. Ele procura administrar a pasta com a velocidade que imprime a seus negócios — é exportador de carne de frango — e a manha de um político do interior que se elegeu duas vezes prefeito de Resende e uma vez deputado federal.

A pujança dos números que apresenta — e o ano letivo com 214 dias — pode dar a impressão de que ele administra escolas no Japão. Mas o Haiti é logo ali, em Belford Roxo, na Baixada Fluminense. Na escola Bom Pastor, que funciona em três turnos, as aulas são suspensas quando escurece; faltam carteiras; e a merenda é uma caneca com leite. Sem açúcar.

Para secretário, não há falta de verba

Para recuperar a rede tradicional de ensino, o secretário Noel de Carvalho se cerca de números e assessores, alguns munidos com pastas e até micros portáteis. Os recursos, segundo ele, sobram, assim como funcionários. Pelo último levantamento feito existem 11 alunos para cada professor em todo o estado do Rio de Janeiro, lotados nas escolas, em setores da secretaria ou cedidos para outros órgãos. Porém, faltam professores em salas de aula, especialmente em locais de difícil acesso. Noel, que já exonerou quase 100 diretores de escolas, é o mesmo que aumentou a gratificação pela função.

Depois de remover professores, abrir novas salas e criar 90 mil vagas durante todo o ano passado, Noel encomendou 30 mil carteiras escolares em duas fabricas, no Norte do Estado e em Santa Catarina. Segundo ele, 600 carteiras chegam a cada dia, e até maio todas terão sido entregues. Para controlar a crise no abastecimento de material permanente e de consumo na rede, o secretário alterou a dotação orçamentária deste ano: em valores de janeiro, CR\$ 515 milhões seriam destinados para abastecimento, contra CR\$ 4 bilhões previstos para a construção de novas escolas.

Sepe: sem esperança nos próximos 10 anos

Para o coordenador-geral do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (Sepe), Alcebiades Teixeira Filho, também a década de 90 poderá ser perdida para a educação. Numa análise dos doze meses de gestão do secretário Noel de Carvalho, o dirigente sindical afirma que falta ao titular da pasta “formação pedagógica, coragem, ética e um mínimo de educação”. Segundo ele, Noel não tem coragem de enfrentar o debate sobre os salários pagos aos professores — o que valeu uma nota baixa do MEC. Sem regência de turma, os aposentados ganham menos do que o professor em início de carreira.

— A promessa de um salário de US\$ 1 mil para professores não passa, por parte deste Governo, de peça eleitoral de um político ambicioso. O secretário deveria ser ético e confessar isso — afirmou Alcebiades.

Segundo ele, o Governo tem medo de eleições diretas para diretores de escola e, por isso, baixou uma resolução que, de acordo com Alcebiades, impediu a eleição em 80% das escolas da rede.

— O secretário não assume que deseja as escolas como, currais eleitorais, através da nomeação de interventores. — afirmou.